



**Demonstrações Financeiras do Conglomerado
Prudencial – Exercício de 2017**

28 de fevereiro de 2018

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016		PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
CIRCULANTE		11.941.659	12.913.821			CIRCULANTE		15.115.008	18.364.976		
Disponibilidades	5	10.713	19.507			Depósitos	16.a	9.331.952	12.083.779		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.032.983	966.835			Depósitos à vista		25.439	54.765		
Aplicações no mercado aberto		1.017.242	891.796			Depósitos interfinanceiros		8.697.973	11.736.273		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.741	75.039			Depósitos a prazo		608.540	292.741		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	346.611	710.055			Captações no mercado aberto	16.b	1.493.292	1.927.684		
Carteira própria	7.a	166.994	62.297			Carteira própria		976.236	1.222.172		
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	164.612	626.015			Carteira de terceiros		517.056	705.512		
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	14.232	18.239			Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.547.944	2.031.748		
Vinculados a prestação de garantias	7.a	773	3.504			Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.547.944	2.031.748		
Relações interfinanceiras		26.484	17.875			Relações interfinanceiras	17	851.219	804.868		
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	20			Recebimentos de Pagamentos a Liquidar		654.035	649.072		
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		1.299	1.299			Correspondentes no País		197.184	155.796		
Correspondentes no país		25.185	16.556			Relações interdependências		4.509	6.785		
Operações de crédito	8	7.582.563	7.911.474			Recursos em trânsito de terceiros		4.509	6.785		
Operações de crédito - setor privado		8.414.167	8.784.513			Obrigações por empréstimos	18.a	-	2.038		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(831.604)	(873.039)			Empréstimos no Exterior		-	2.038		
Operações de arrendamento mercantil	8	176	913			Instrumentos financeiros derivativos	7.c	73.129	33.996		
Operações de arrendamento a receber		222	1.541			Instrumentos financeiros derivativos		73.129	33.996		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(46)	(628)			Outras obrigações		1.812.963	1.474.078		
Outros créditos		2.559.917	2.891.253			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6.761	15.142		
Carteira de câmbio	9.a	68.169	172.569			Carteira de câmbio	9.a	-	650		
Rendas a receber		5.155	4.454			Sociais e estatutárias		120.442	42.760		
Negociação e intermediação de valores		2.700	3.119			Fiscais e previdenciárias	21.a	47.661	65.587		
Recebíveis imobiliários	10	9.852	13.031			Negociação e intermediação de valores		5.923	33.390		
Títulos e créditos a receber	8 e 11	844.269	831.970			Dívidas subordinadas	19	93.275	88.113		
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(71.467)	(58.747)			Diversas	21.b	1.538.901	1.228.436		
Diversos	11	1.701.239	1.924.857								
Outros valores e bens		382.212	395.909								
Outros valores e bens	12.a	410.836	364.717								
(Provisão para desvalorização)	12.a	(68.244)	(53.356)								
Despesas antecipadas	12.b	39.620	84.548								

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016		PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.417.511	14.030.442			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		7.235.474	5.790.790		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	-	5.548			Depósitos	16.a	4.414.224	2.335.110		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	5.548			Depósitos interfinanceiros		32.175	29.428		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.293.930	1.498.051			Depósitos a prazo		4.382.049	2.305.682		
Carteira própria	7.a	121.314	427.122			Captações no mercado aberto	16.b	98.195	96.940		
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	906.822	693.232			Carteira própria		98.195	96.940		
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	157.135	143.134			Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	701.611	1.123.960		
Vinculados ao Banco Central	7.a	-	51.151			Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		701.611	1.123.960		
Vinculados à prestação de garantias	7.a	108.659	183.412			Obrigações por empréstimos	18.a	-	132.063		
Operações de crédito	8	8.806.221	8.942.131			Empréstimos no Exterior		-	132.063		
Operações de crédito - setor privado		9.107.530	9.226.475			Instrumentos financeiros derivativos	7.c	129.514	111.738		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(301.309)	(284.344)			Instrumentos financeiros derivativos		129.514	111.738		
Operações de arrendamento mercantil	8	-	157			Outras obrigações		1.891.930	1.990.979		
Operações de arrendamento a receber		-	187			Fiscais e previdenciárias	21.a	78.411	79.718		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	(30)			Dívidas subordinadas	19	1.681.720	1.663.233		
Outros créditos		3.194.670	3.312.808			Diversas	21.b	131.799	248.028		
Negociação e intermediação de valores		-	480								
Créditos específicos		809	848								
Recebíveis imobiliários	10	4.155	14.368								
Títulos e créditos a receber	8 e 11	72.550	65.493								
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(16.956)	(7.135)								
Diversos	11	3.134.112	3.238.754			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		92	794		
Outros valores e bens		122.690	271.747			Resultados de exercícios futuros		92	794		
Despesas antecipadas	12.b	122.690	271.747								
PERMANENTE		547.228	624.459								
Investimentos		367.196	403.256			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.555.824	3.412.162		
Participações em controladas	13.a	366.817	402.877			Capital social:	22	3.460.732	3.460.732		
Outros investimentos	13.b	379	379			De domiciliados no País		3.065.825	3.051.660		
Imobilizado de uso	14	27.690	37.838			De domiciliados no Exterior		394.907	409.072		
Outras imobilizações de uso		69.249	71.585			Reserva de lucros		108.495	-		
(Depreciações acumuladas)		(41.559)	(33.747)			Ajustes de avaliação patrimonial		(13.403)	(14.259)		
Intangível	15	152.342	183.365			Prejuízos acumulados		-	(34.311)		
Ativos intangíveis		374.166	360.467								
(Amortizações acumuladas)		(221.824)	(177.102)								
TOTAL DO ATIVO		25.906.398	27.568.722			TOTAL DO PASSIVO		25.906.398	27.568.722		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo líquido por ação)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2º Semestre 2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.464.273	7.745.530	6.516.662
Rendas de operações de crédito	8.g	3.546.655	7.772.596	6.921.744
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	947	947	2.354
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	108.846	259.095	425.714
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(194.939)	(305.649)	(831.905)
Resultado de operação de câmbio	9.b	2.764	18.541	(1.245)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.560.692)	(3.532.168)	(3.688.773)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.020.181)	(2.410.847)	(2.586.588)
Operações de empréstimos e repasses	18.b	5.109	(1.509)	16.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(545.620)	(1.119.812)	(1.118.428)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.903.581	4.213.362	2.827.889
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.915.410)	(4.121.059)	(3.213.438)
Receitas de prestação de serviços	23	190.014	403.236	487.657
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	10.253	14.405	36.167
Despesas de pessoal	24	(217.380)	(463.386)	(409.717)
Outras despesas administrativas	25	(880.310)	(2.082.773)	(2.203.905)
Despesas tributárias	26	(84.731)	(217.442)	(210.116)
Outras receitas operacionais	27.a	143.244	261.586	288.071
Outras despesas operacionais	27.b	(1.076.500)	(2.036.685)	(1.201.595)
RESULTADO OPERACIONAL		(11.829)	92.303	(385.549)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	157.506	152.206	(65.782)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		145.677	244.509	(451.331)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	20.466	(31.903)	214.091
Provisão para imposto de renda		(20.199)	1.089	30.074
Provisão para contribuição social		2.692	382	(4.473)
Ativo fiscal diferido		37.973	(33.374)	188.490
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	2
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO		166.143	212.606	(237.238)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	22.c	(69.800)	(69.800)	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 929.040.163 ações em 31/12/2017 e 31/12/2016)		0,18		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	-	3.643.797
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5.603	-	5.603
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(237.238)	(237.238)
Absorção de Prejuízo (Nota 22b)	-	(195.208)	(635)	(7.084)	-	202.927	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
Aumento de Capital (Nota 22a)	400.000	-	-	-	-	-	400.000
Capital a Integralizar (Nota 22a)	(400.000)	-	-	-	-	-	(400.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	856	-	856
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	212.606	212.606
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.b)	-	-	8.915	-	-	(8.915)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.b)	-	-	-	99.580	-	(99.580)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22.c)	-	-	-	-	-	(69.800)	(69.800)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	3.460.732	-	-	-	(12.674)	12.152	3.460.210
Aumento de Capital (Nota 22a)	400.000	-	-	-	-	-	400.000
Capital a Integralizar (Nota 22a)	(400.000)	-	-	-	-	-	(400.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(729)	-	(729)
Lucro Líquido do 2º Semestre	-	-	-	-	-	166.143	166.143
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.b)	-	-	8.915	-	-	(8.915)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.b)	-	-	-	99.580	-	(99.580)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22.c)	-	-	-	-	-	(69.800)	(69.800)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2º Semestre 2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	166.143	212.606	(237.238)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	15.319	32.379	36.302
Amortização de ágio	12.163	24.326	24.326
Constituição de provisão para contingências	360.609	504.734	264.562
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(11.971)	(17.003)	(6.173)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	8.796	8.790	48.864
Perda por <i>impairment</i>	29.041	39.417	(24.137)
Equivalência patrimonial	(10.253)	(14.405)	(36.167)
(Ganho) na venda de investimento	(183.384)	(183.384)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	545.620	1.119.812	1.118.428
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(37.973)	33.374	(188.490)
Resultado líquido ajustado	894.110	1.760.646	1.000.277
Varição de Ativos e Passivos:			
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(810.006)	95.112	(136.182)
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	631.807	580.045	(122.099)
Redução em instrumentos financeiros derivativos	46.783	46.915	652.024
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(18.672)	37.742	56.492
Redução/(Aumento) em operações de crédito	218.742	(654.991)	(2.790.620)
Redução em operações de arrendamento mercantil	228	894	6.425
Redução/(Aumento) em outros créditos	680.428	416.321	(243.385)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	(9.057)	7.198	(103.114)
(Redução)/Aumento em depósitos	(1.802.587)	(672.713)	2.245.545
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	487.635	(433.137)	386.906
(Redução)/Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(145.279)	(287.775)	304.197
(Redução) em outras obrigações	(214.603)	(270.163)	(256.393)
(Redução) em relações interdependências	(5.703)	(2.276)	(22.203)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(296)	(702)	(771)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.756)	(6.485)	(477)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(50.226)	616.631	976.622
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de bens não de uso próprio	64.971	128.915	103.568
Alienação de investimentos	229.000	229.000	-
Redução de investimentos	-	-	17.289
Aumento de investimentos	-	-	(12.359)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.306)	(1.938)	(15.385)
Aumento de intangível	(13.160)	(18.381)	(16.568)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	3.219	3.219	2.726
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	282.724	340.815	79.271
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
(Redução) de letras financeiras	(48.700)	(447.399)	(528.010)
(Redução) de dívidas subordinadas	(61.601)	(122.350)	(285.279)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(51.464)	(170.979)	(624.622)
Juros sobre o capital próprio provisionados	(69.800)	(69.800)	-
Variação nas participações minoritárias	-	-	(19)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(231.565)	(810,528)	(1.437.930)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	933	146.918	(382.037)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (Nota 5)	165.492	19.507	401.544
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (Nota 5)	166.425	166.425	19.507
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos	(1.359.113)	(3.106.514)	(3.069.117)
Juros recebidos	3.526.799	7.816.458	6.661.386
Transferência de ativos não de uso próprio	(3.169)	(8.633)	(45.862)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(1.111)	1.515	14.123

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 31/12/2017:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Mercado	8	-	179.246.347	45,49	179.246.355	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, foram aprovadas pela Diretoria em 28/02/2018.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2017	31/12/2016
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	100,00

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da

fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em

uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento.

Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com cobrança é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

No exercício encerrado em 31/12/2017, o valor lançado para despesa no ato da originação foi de R\$ (432.980) e em 31/12/2016 foi de R\$ (304.727) relativo a 2/3 das comissões.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (8)	Total
Circulante	11.874.858	4.908	60.284	1.609	11.941.659
Realizável a longo prazo	13.345.609	60.157	167.609	(155.864)	13.417.511
Permanente	801.114	232	1.821	(255.939)	547.228
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	(410.194)	25.906.398
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	(452.614)	27.568.722

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (8)	Total
Circulante	15.091.262	9.516	12.629	1.601	15.115.008
Exigível a longo prazo	7.374.404	10.713	6.213	(155.856)	7.235.474
Resultado de exercícios futuros	92	-	-	-	92
Patrimônio líquido	3.555.824	45.068	210.872	(255.939)	3.555.824
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	(410.194)	25.906.398
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	(452.614)	27.568.722

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (5)	Total
- Receitas da intermediação financeira	7.754.356	3.892	3.627	(16.345)	7.745.530
- Despesas da intermediação financeira	(3.547.161)	-	(1.352)	16.345	(3.532.168)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.207.195	3.892	2.275	-	4.213.362
- Outras receitas/despesas operacionais	(4.129.449)	(48)	(5.969)	-	(4.135.464)
- Resultado de equivalência patrimonial	14.255	-	-	150	14.405
- Resultado não operacional	152.613	-	(406)	-	152.206
- Provisão para IR e CSLL	(32.008)	(1.289)	1.394	-	(31.903)
Resultado Líquido em 31/12/2017	212.606	2.555	(2.706)	150	212.606
Resultado Líquido em 31/12/2016	(237.238)	(3.939)	(2.342)	6.279	(237.238)

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
 (2) A empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017);
 (3) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
 (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização; e
 (5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em moeda nacional	4.447	12.373
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.266	7.134
Total de disponibilidades (caixa)	10.713	19.507
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	155.712	-
Total	166.425	19.507

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	695	-	-	-	-	695	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	504.069	-	-	-	-	504.069	162.615
Subtotal	504.764	-	-	-	-	504.764	162.615
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Subtotal	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.260	-	6.536	1.945	-	15.741	80.587
Total em 31/12/2017	1.024.502	-	6.536	1.945	-	1.032.983	-
Total em 31/12/2016	-	913.705	838	52.292	5.548	-	972.383

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	27.856	30.529
Posição financiada	36.969	101.741
Posição vendida	1.957	15.402
Subtotal	66.782	147.672
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	9.900	13.493
Total (Nota 7h)	76.682	161.165

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2017 e em 31/12/2016, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Carteira própria:	288.308	489.419
Certificado de Depósito Bancário – CDB	403	2.413
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	22.854	97.726
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	97.698	206.045
Letras do Tesouro Nacional – LTN	96.338	140.080
Notas do Tesouro Nacional – NTN	70.673	42.822
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	334
Vinculados a compromisso de recompra:	1.071.434	1.319.247
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	676.162	361.592
Letras do Tesouro Nacional – LTN	201.873	782.181
Notas do Tesouro Nacional – NTN	193.399	175.474
Vinculados ao Banco Central:	-	51.151
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	-	51.151
Vinculados à prestação de garantias:	109.432	186.916
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	107.225	133.847
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	38.489
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.207	14.480
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	100
Total de títulos e valores mobiliários	1.715.141	2.046.733
Instrumentos financeiros derivativos:	171.367	161.373
Diferenciais a receber de “swap”	171.366	161.373
Opções	1	-
Total	1.640.541	2.208.106

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital da empresa Pan Arrendamento Mercantil, que foi homologado pelo BACEN em 25/01/2017 para a data-base 31/12/2016.

b) Composição por categorias e prazos:

	31/12/2017							31/12/2016		
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:										
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	251	27.235	-	27.486	27.463	23	46.340	(28)
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	4.894	16.714	-	-	21.608	21.041	567	25.409	123
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	1.663	1.663	1.662	1	-	-
Total de títulos para negociação	-	4.894	16.965	27.235	1.663	50.757	50.166	591	71.749	95
Títulos disponíveis para venda:										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	733	401.885	435.619	15.362	853.599	853.334	265	706.294	(943)
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	40	40	40	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	39	2.571	-	-	2.610	2.609	1	16.892	-
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	3.573	19.281	-	-	22.854	23.082	(228)	97.727	956
Total de títulos disponíveis para venda	-	4.345	423.737	435.619	15.402	879.103	879.066	38	821.013	13
Títulos mantidos até o vencimento:										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	99.933	176.670	-	-	276.603	276.603	-	896.852	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	222.865	30.299	9.205	-	262.369	262.369	-	256.785	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	334	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	342	322.798	206.969	9.205	-	539.314	539.312	-	1.153.971	-
Total	342	332.037	647.671	472.059	17.065	1.469.174	1.468.544	629	2.046.733	108

- (1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 15.565 (31/12/2016 – superior em R\$ 10.722); e Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e
- (3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	18.090.441	171.367	162.086	9.281	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)
Swap	5.700.441	171.366	161.886	9.480	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)
Opções a exercer	12.390.000	1	200	(199)	-	-	-	-
Posição passiva:	18.085.441	(202.643)	(133.359)	(69.284)	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)
Swap	5.700.441	(202.642)	(133.309)	(69.333)	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)
Opções Lançadas	12.385.000	(1)	(50)	49	-	-	-	-
Subtotal posição líquida	-	(31.276)	28.727	(60.003)	-	15.639	105.474	(89.835)
Contratos futuros	-	240	240	-	-	1.135	1.135	-
Posição ativa	13.604.787	2.700	2.700	-	6.907.243	2.535	2.535	-
Posição passiva	13.604.787	(2.460)	(2.460)	-	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-
Total		(31.036)	28.967	(60.003)		16.774	106.609	(89.835)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Swap	524.331	20.638	821.728	373.739	3.960.005	5.700.441	2.809.883
Dólar x CDI	-	-	49.532	47.819	1.016.126	1.113.477	1.167.106
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.705	1.705	32.056
CDI x Pré	524.331	-	772.196	325.920	2.942.174	4.564.621	1.433.477
Pré x Dólar	-	20.638	-	-	-	20.638	35.260
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	24.775.000	-	-	-	-	24.775.000	-
Compra Opç Venda	12.390.000	-	-	-	-	12.390.000	-
Venda Opç Venda	12.385.000	-	-	-	-	12.385.000	-
Contratos futuros	1.447.141	38.879	962.096	1.936.232	9.220.439	13.604.787	6.907.243
DDI	9.919	9.866	29.484	34.192	143.692	227.153	274.849
DI	1.434.741	-	932.612	1.902.040	9.076.747	13.346.140	6.611.095
Dólar	2481	29.013	-	-	-	31.494	21.299
Total	26.746.472	59.517	1.783.824	2.309.971	13.180.444	44.080.228	9.717.126

e) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	31/12/2017	31/12/2016
CETIP (balcão)	5.700.441	2.809.883
B3 S.A (bolsa)	38.379.787	6.907.243
Total	44.080.228	9.717.126

Contrapartes: Em 31/12/2017 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 87,07% (85,26%), Instituições Financeiras 12,88% (14,72%), e outros 0,05% (0,02%).

f) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.460.546	2.289.204
Swap – Dólar (1)	1.766.600	1.805.442
Futuros DDI B3 S.A. – Dólar (1) (4)	-	66.144
Swap – Dólar (1) (4)	-	64.530
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (2)	693.946	353.088
Posição Passiva	(9.189.705)	(3.700.766)
Swap – Taxa Pré – Reais (3)	(1.161.696)	(1.760.994)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (3)	(8.028.009)	(1.939.772)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	6.936.653	3.137.864
Operações de Crédito (3)	6.936.653	3.137.864
Posição Passiva	(2.269.978)	(2.059.037)
Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.585.191)	(1.576.844)
Empréstimos no Exterior (1) (4)	-	(134.101)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(684.787)	(348.092)

(1) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo;

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal; e

(4) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2017		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	582.155	(692.565)	(110.410)
Opções	2.826	(4.264)	(1.438)
Futuro	1.311.509	(1.505.310)	(193.801)
Total em 31/12/2017	1.896.490	(2.202.139)	(305.649)
Total em 31/12/2016	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)

h) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de renda fixa	182.413	264.549
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	76.682	161.165
Total	259.095	425.714

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor (1)	5.904.742	32,15	5.228.802	27,64
Empréstimo em consignação (1)	6.978.491	37,99	7.060.546	37,32
Capital de giro	846.915	4,61	1.467.984	7,76
Financiamentos à exportação	328.497	1,79	524.382	2,77
Financiamentos habitacionais (2)	355.679	1,93	535.014	2,83
Financiamento a titulares de cartões de crédito (3)	1.561.446	8,51	1.416.649	7,49
Empréstimos com garantia imobiliária (2)	527.441	2,87	621.450	3,29
Créditos vinculados à cessão (4)	159.643	0,87	350.438	1,85
Financiamentos de empreendimentos imobiliários (2)	73.371	0,41	122.074	0,65
Crédito pessoal (1)	1.384	0,01	14.489	0,08
Renegociações	97.601	0,52	78.373	0,41
Operações de arrendamento mercantil (5)	222	-	1.728	0,01
Conta garantida	547.716	2,98	425.514	2,25
Total das operações de crédito	17.383.148	94,64	17.847.443	94,35
Outros créditos (6)	916.819	4,99	897.463	4,74
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (7)	67.143	0,37	172.740	0,91
Total	18.367.110	100,00	18.917.646	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	138.771	-	165.273	-
Carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	18.505.881	-	19.082.919	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages, o que aumentou o saldo da carteira própria no montante de R\$ 1.190.886. No Consolidado não há impacto;

(3) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(4) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f);

(5) Registrado a valor presente;

(6) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(7) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Níveis de risco											
	Operações em curso anormal										Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	1.016.339	419.147	380.617	179.785	104.740	72.463	56.635	283.340	2.513.066	2.634.215	
01 a 30	-	43.290	18.484	16.291	8.462	5.875	3.113	2.459	14.027	112.001	118.055	
31 a 60	-	42.142	18.520	16.118	8.333	5.172	3.129	2.437	13.307	109.158	116.640	
61 a 90	-	40.747	16.788	17.983	7.959	4.079	4.135	2.235	11.859	105.785	135.941	
91 a 180	-	108.785	49.184	44.660	21.845	13.459	8.984	6.860	33.155	286.932	335.778	
181 a 365	-	187.292	82.878	76.115	36.975	22.453	13.632	11.986	56.093	487.424	539.414	
Acima de 365	-	594.083	233.293	209.450	96.211	53.702	39.470	30.658	154.899	1.411.766	1.388.387	
Parcelas Vencidas	-	67.793	59.247	62.881	120.232	195.813	190.317	64.995	375.119	1.136.397	1.243.912	
01 a 14	-	60.614	5.142	8.944	5.516	2.111	10.865	1.112	5.111	99.415	130.883	
15 a 30	-	7.179	49.174	10.789	19.056	2.440	1.803	1.368	8.938	100.747	114.163	
31 a 60	-	-	4.931	37.442	50.776	8.381	3.331	2.858	14.780	122.499	197.784	
61 a 90	-	-	-	4.150	32.241	8.470	3.542	2.942	26.108	77.453	148.997	
91 a 180	-	-	-	1.556	5.289	48.013	99.553	31.862	52.011	238.284	292.502	
181 a 365	-	-	-	-	402	16.027	3.427	6.818	240.468	267.142	359.583	
Acima 365	-	-	-	-	6.952	110.371	67.796	18.035	27.703	230.857	-	
Subtotal	-	1.084.132	478.394	443.498	300.017	300.553	262.780	121.630	658.459	3.649.463	3.878.127	
Provisão Requerida	-	5.421	4.784	13.305	30.003	90.166	131.390	85.141	658.459	1.018.669	1.051.222	

	Níveis de risco											
	Operações em curso normal										Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519	
01 a 30	-	1.856.951	26.378	30.208	82.291	9.404	29.083	411	3.675	2.038.401	1.911.502	
31 a 60	-	536.883	22.398	11.243	14.112	43.821	10.638	238	1.270	640.603	610.479	
61 a 90	-	471.652	31.426	7.398	2.634	436	881	157	945	515.529	543.898	
91 a 180	-	1.247.838	86.127	50.394	70.374	3.063	14.528	483	1.884	1.474.691	1.578.459	
181 a 365	-	2.020.646	132.317	84.825	31.024	6.823	1.862	691	1.921	2.280.109	2.491.413	
Acima de 365	-	7.371.066	207.444	99.580	35.266	8.132	10.743	14.957	21.126	7.768.314	7.903.768	
Subtotal	-	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519	
Provisão Requerida	-	67.525	5.061	8.509	23.570	21.503	33.868	11.855	30.821	202.712	172.701	
Total (1)	-	14.589.168	984.484	727.146	535.718	372.232	330.515	138.567	689.280	18.367.110	18.917.646	
Total Provisão	-	72.946	9.845	21.814	53.573	111.669	165.258	96.996	689.280	1.221.381	1.223.923	

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do período	1.248.715	1.070.436
- Constituição/reversão de provisão	1.119.812	1.118.428
- Baixas contra a provisão	(1.102.443)	(940.149)
Saldo do fim do período	1.266.084	1.248.715
- Créditos recuperados (1)(3)	265.204	227.555
- Efeito no resultado (4)	(854.609)	(889.748)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);

(2) No exercício findo em 31/12/2017, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 271.959 (sendo R\$ 259.963 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 510 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 6.755 de recuperação de crédito na Brazilian Finance e R\$ 4.731 de recuperação de créditos imobiliários na Brazilian Mortgages); e

(3) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	15.924.109	86,71	15.341.467	81,10
Agroindústria	240.085	1,31	498.061	2,63
Açúcar e Etanol	118.589	0,65	182.903	0,97
Agronegócio e Proteína Animal	121.496	0,66	315.158	1,66
Comércio	385.709	2,11	586.544	3,10
Atacado e Varejo	385.709	2,11	586.544	3,10
Indústrias de Base	191.814	1,03	283.469	1,50
Autopeças	12.072	0,06	16.382	0,09
Indústria Química	9.380	0,05	23.103	0,12
Outras Indústrias	84.821	0,46	147.578	0,78
Papel e Celulose	64.942	0,35	68.522	0,36
Têxtil	20.599	0,11	27.884	0,15
Serviços	1.625.393	8,84	2.208.105	11,67
Construção e Incorporação	906.967	4,94	1.366.635	7,22
Financeiros	141.823	0,77	137.020	0,71
Locação de Veículos	18.591	0,11	22.003	0,12
Mídia, TI e Telecom	4.792	0,03	2.327	0,01
Outros Serviços	411.313	2,22	481.650	2,55
Saúde, Segurança e Educação	5.750	0,02	35.435	0,19
Transporte e Logística	98.995	0,54	139.360	0,74
Utilitários	37.162	0,21	23.675	0,13
Total (1)	18.367.110	100,00	18.917.646	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	400.087	2,18	434.910	2,30
50 seguintes maiores devedores	874.191	4,76	1.042.311	5,51
100 seguintes maiores devedores	682.770	3,72	1.026.921	5,43
Demais devedores	16.410.062	89,34	16.413.504	86,76
Total	18.367.110	100,00	18.917.646	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.816.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	5.916	233
Empréstimo com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	184.761	45.269
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.860.884	2.133.119

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 159.643, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 350.438 em 31/12/2016), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 204.360 (R\$ 413.853 em 31/12/2016) (Nota 21b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	3.033.862	2.133.119
Crédito direto ao consumidor	1.452.798	1.366.885
Empréstimos em consignação	1.839.792	1.712.913
Cartão de crédito	691.541	593.124
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (1)	(26.502)	-
Financiamento à exportação	112.640	259.076
Capital de giro/Conta Garantida	269.803	346.772
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	265.204	227.555
Crédito pessoal	2.166	41.286
Renegociações	17.616	13.842
Habitacionais	33.170	81.078
Rendas de empreendimentos imobiliários	4.459	13.809
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	76.051	132.978
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	437	521
Outras	506	1.140
Total	7.773.543	6.924.098

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

(2) No Consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	57.474	164.620
Rendas a receber	10.695	7.949
Total do Ativo	68.169	172.569
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	56.448	165.441
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(56.448)	(164.791)
Total do Passivo	-	650

b) Resultado de operação de câmbio:

	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de financiamento à exportação	123.521	185.982
Varição Cambial	(104.980)	(187.227)
Total	18.541	(1.245)

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2017	31/12/2016
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.010	4.997
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	9.997	22.402
Total				14.007	27.399

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários (Nota 32b)	3.119.236	3.254.867
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	1.194.497
Títulos e créditos a receber (1)	916.819	897.463
Depósitos judiciais e fiscais	279.603	266.263
Impostos e contribuições a compensar	234.508	233.866
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	108.460	103.054
Valores a receber de sociedades ligadas	41.034	38.073
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	12.249	11.427
Benefício residual em operações securitizadas (3)	11.215	2.927
Adiantamentos e antecipações salariais	1.297	1.560
Outros	111.199	57.077
Total	5.752.170	6.061.074

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 676.792 (R\$ 655.540 em 31/12/2016). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 240.027 (R\$ 182.831 no Banco e R\$ 241.923 no Consolidado em 31/12/2016);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2017 é de R\$ 43.084 (R\$ 21.583 em 31/12/2016); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 1.618 (R\$ 2.945 em 31/12/2016) (Nota 8c); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2017	31/12/2016
Veículos	18.362	(973)	17.389	17.387
Veículos em regime especial	20.533	(15.261)	5.272	6.763
Imóveis (1)	356.266	(47.720)	308.546	281.777
Imóveis em regime especial (1)	15.362	(4.290)	11.072	4.794
Total dos bens não de uso próprio	410.523	(68.244)	342.279	310.721
Outros bens	313	-	313	640
Total de outros valores e bens	410.836	(68.244)	342.592	311.361

(1) O aumento significativo desta rubrica deve-se a incorporação da empresa Brazilian Mortgages no dia 28/06/2017, no montante de R\$ 197.862 líquidos de provisão para perda.

b) Despesas antecipadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	148.072	341.582
Gastos na emissão de títulos no Exterior	3.415	4.933
Outras	10.823	9.780
Total	162.310	356.295

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			ON	PN	Cotas			31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	Exercício findo em
							31/12/2017				31/12/2016
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (1)	107.662	160.422	0,2	0,5	-	100,00	11.459	160.422	151.922	11.459	10.912
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (1)	179.864	206.395	-	-	179.864	100,00	5.940	206.395	202.346	5.940	7.996
Stone Pagamentos S.A. (2)(3)(4)	-	-	-	-	-	-	(2.993)	-	48.609	(2.994)	33.157
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.898)
Total								366.817	402.877	14.405	36.167

- (1) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
 (2) Empresa auditada por outro auditor independente;
 (3) A partir de ago/2016 o Banco PAN reclassificou o investimento da Stone para coligada por passar a exercer influência significativa, e assim começou a utilizar o método de equivalência patrimonial;
 (4) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000 (Nota 33h); e
 (5) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 e homologada pelo BACEN em 28/06/2017.

b) Outros Investimentos:

Composto por investimento detido na Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

14) IMOBILIZADO

a) Os Ativos imobilizados são compostos por:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.843	(23.878)	19.965	27.305
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.467	(660)	807	912
Sistemas de processamento de dados	20%	23.939	(17.021)	6.918	9.621
Total em 31/12/2017		69.249	(41.559)	27.690	-
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	-	37.838

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2016	27.305	912	9.621	37.838
Aquisições	393	42	1.503	1.938
Baixas	(2.118)	-	-	(2.118)
Depreciação	(5.615)	(147)	(4.206)	(9.968)
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690

15) INTANGÍVEL

a) No exercício encerrado em 31/12/2017, foram amortizados ágios no montante de R\$ 24.326 (Nota 27b).

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	130.898	(90.054)	40.844	47.541
Ágio	10%	243.268	(131.770)	111.498	135.824
Total em 31/12/2017		374.166	(221.824)	152.342	-
Total em 31/12/2016		360.467	(177.102)	-	183.365

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2016	47.541	135.824	183.365
Adições	18.381	-	18.381
Baixas	(2.667)	-	(2.667)
Amortização	(22.411)	(24.326)	(46.737)
Saldo em 31/12/2017	40.844	111.498	152.342

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista (1)	25.439	-	-	-	-	25.439	54.765
Depósitos interfinanceiros	8.276.104	369.474	44.174	8.221	32.175	8.730.148	11.765.701
Depósitos a prazo (2)	70.345	164.354	100.244	273.597	4.382.049	4.990.589	2.598.423
Total em 31/12/2017	8.371.888	533.828	144.418	281.818	4.414.224	13.746.176	-
Total em 31/12/2016	11.772.532	42.249	64.181	204.815	2.335.110	-	14.418.889

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Carteira Própria	976.236	-	-	-	98.195	1.074.431	1.319.112
Letras do Tesouro Nacional – LTN	201.059	-	-	-	-	201.059	789.143
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	579.011	-	-	-	98.195	677.206	357.940
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.166	-	-	-	-	196.166	172.029
Carteira de Terceiros	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Notas do Tesouro Nacional – NTN	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	98.195	1.591.487	-
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	96.940	-	2.024.624

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e Valores Mobiliários - País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	10	18	25	50	4.111	4.214	7.613
Letras Financeiras – LF	6.941	285.201	190.159	134.030	196.262	812.593	1.170.627
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	19.427	3.752	271	276	79.905	103.631	256.377
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	92.205	250.692	190.311	374.576	421.333	1.329.117	1.721.091
Total em 31/12/2017	118.583	539.663	380.766	508.932	701.611	2.249.555	-
Total em 31/12/2016	558.526	311.291	383.848	778.083	1.123.960	-	3.155.708

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	1.191.234	1.563.096
Depósitos a Prazo	617.446	414.863
Letras Financeiras	104.665	215.390
Variação Cambial	22.337	(316.837)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	140.244	139.521
Letras de Crédito Imobiliário	138.729	231.756
Operações Compromissadas	140.625	302.397
Letras de Crédito do Agronegócio	18.324	56.036
Captações no Exterior – Dívida Subordinada (1)	(14.343)	(68.879)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	8.344	6.677
Créditos Cedidos com Retenção de Risco	43.242	42.568
Total	2.410.847	2.586.588

(1) Foi reclassificado de outras receitas para despesas de aplicações no exterior, o montante de R\$ 86.455 para data-base 31/12/2016.

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2017	31/12/2016
Recebimentos e pagamentos a liquidar (1)	654.035	649.072
Correspondentes no País (2)	197.184	155.796
Total	851.219	804.868

- (1) A partir de 19/06/2017 o BACEN através da Carta Circular nº 3.828/17, alterou a contabilização e divulgação das transações com pagamentos de cartão de crédito, anteriormente tais valores eram divulgados na NE 21b (Outras Obrigações Diversas); e
(2) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito, são representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
No exterior (1)(2)(3)	-	-	-	-	-	-	134.101
Total em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	-	134.101

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f); e

(3) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1)	(1.509)	16.243
Total	(1.509)	16.243

(1) O montante de variação cambial totalizou em 31/12/2017 uma receita de R\$ 1.660 (e uma receita de R\$ 26.019 em 31/12/2016).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.585.191	1.576.844
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	19.152	17.190
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	169.895	156.631
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	757	681
Total					1.774.995	1.751.346

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I– Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	294.872	222.653
Processos trabalhistas	367.949	179.122
Processos tributários	23.178	11.538
Total (Nota 21b)	685.999	413.313

II– Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	222.653	179.122	11.538	413.313
Baixas	(125.223)	(106.541)	(284)	(232.048)
Constituições líquidas de reversões	197.442	295.368	11.924	504.734
Saldo em 31/12/2017	294.872	367.949	23.178	685.999

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Os processos aguardam resultado da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devendo, em seguida, ocorrer o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro aguarda publicação de acórdão de julgamento que reconheceu parcialmente a procedência de Recurso Voluntário, para que o Banco PAN S.A. possa apresentar Recurso de Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o segundo aguarda julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.446. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2017	31/12/2016
COFINS a recolher	11.449	18.782
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.053	6.737
Impostos e contribuições sobre salários	13.483	15.587
PIS a recolher	1.869	3.060
ISS a recolher	1.330	2.141
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	3.405	1.382
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.096	12.966
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	82.387	84.650
Total	126.072	145.305

b) Diversas:

	31/12/2017	31/12/2016
Cessão com retenção de riscos (1)	204.360	413.853
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	685.999	413.313
Provisão para pagamentos a efetuar	580.798	491.817
Arrecadação de cobrança	122.177	77.501
Valores a pagar a sociedades ligadas	16.279	19.970
Operações com cartão de crédito (2)	17.961	16.690
Valores específicos de consórcio	7.832	4.081
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	-	264
Outros	35.294	38.975
Total	1.670.700	1.476.464

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f); e

(2) Após a entrada em vigor da Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN, que altera a contabilização das operações com cartão de crédito (arranjos de pagamentos), parte do saldo aqui apresentado anteriormente foram reclassificados para a nota explicativa de Relações Interfinanceiras (Nota 17), para efeito de comparabilidade, o saldo de 31/12/2016 também foi reclassificado.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2017 e 31/12/2016. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

Em 06/11/2017, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do Capital Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

O Aumento de Capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33i.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio no exercício findo de 31/12/2017.

	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido	212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	178.295	
(-) Reserva Legal	(8.915)	
Base de cálculo	169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	59.330	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito	175.236	263.203
Rendas de cartão	122.070	120.831
Rendas de intermediação de negócios	69.857	59.254
Rendas de serviços de cobrança	114	805
Administração de consórcios	24.188	24.764
Outras	11.771	18.800
Total	403.236	487.657

24) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	284.454	246.821
Encargos Sociais	87.469	82.621
Benefícios	66.890	52.778
Honorários (Nota 29b)	21.260	24.892
Outros	3.313	2.605
Total	463.386	409.717

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.117.353	1.384.256
Serviços de terceiros	309.042	232.464
Serviços do sistema financeiro	161.577	152.994
Processamento de dados	172.508	139.197
Aluguéis	45.287	42.961
Comunicações	44.176	47.248
Depreciação e amortização	32.379	36.302
Propaganda, promoções e publicidade	23.430	19.415
Despesas com busca e apreensão de bens	39.534	28.767
Manutenção e conservação de bens	4.976	3.468
Viagens	4.191	4.477
Transporte	5.633	4.704
Taxas e emolumentos	8.696	7.514
Materiais de consumo	746	590
Outras	113.245	99.548
Total	2.082.773	2.203.905

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	160.168	148.201
Contribuição ao PIS	26.127	22.107
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	17.316	24.185
Impostos e taxas	13.831	15.623
Total	217.442	210.116

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de encargos e despesas	137.151	99.782
Variação monetária ativa / cambial (1)	77.476	137.875
Benefício residual em operações securitizadas	5.099	3.975
Reversão de provisões	14.243	19.286
Outras	27.617	27.153
Total	261.586	288.071

(1) Foi reclassificado de outras receitas para despesas de aplicações no exterior, o montante de R\$ 86.455 para a data-base 31/12/2016.

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2017	31/12/2016
Cessão de operações de crédito	1.268.734	505.108
Constituição de provisões	523.415	287.352
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	58.484	63.514
Variação monetária passiva / cambial	58.513	207.178
Descontos concedidos	18.316	29.725
Amortização de ágio (Nota 15a)	24.326	24.326
Gravames	18.715	23.851
Outras	66.182	60.541
Total	2.036.685	1.201.595

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado na alienação de outros valores e bens	(8.790)	(48.864)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	17.003	6.173
Impairment de ativos não financeiros	(39.417)	(24.137)
Resultado na alienação de investimento (1)	183.384	-
Outros	26	1.046
Total	152.206	65.782

(1) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. (Nota 33h).

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades (a)					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.155	10.320	-	-
Total		1.155	10.320	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	85.704	-	6.132	5.327
Caixa Econômica Federal	-	-	-	3.836	5.647
Total		85.704	-	9.968	10.974
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	08/11/2025	916.550	1.128.806	-	-
Total		916.550	1.128.806	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	33.886	30.053	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	5.783	6.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	22	13	-	-
Banco BTG Pactual S.A. (d)	29/12/2017	-	-	1.269	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	78	-	-
Total		39.691	36.727	1.269	-
Depósitos à vista (e)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(324)	(340)	-	-

Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(8)	(154)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(62)	(1)	-	-
Total		(394)	(495)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	(400.058)	(435.077)	(79.069)	(66.077)
Caixa Econômica Federal	31/01/2018	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)	(1.484.658)
Total		(8.519.040)	(11.666.291)	(1.173.886)	(1.550.735)
Depósitos a prazo (g)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/12/2020	(23.099)	(29.815)	(3.402)	(3.003)
Banco BTG Pactual S.A.	22/12/2021	(27.171)	-	(532)	(13)
Pessoal chave da administração	27/05/2019	(2.751)	-	(119)	-
Total		(53.021)	(29.815)	(4.053)	(3.016)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(527.189)	(35.653)	(72.086)
Caixa Econômica Federal	02/01/2018	(900.119)	-	(1.328)	(477)
Total		(900.119)	(527.189)	(36.981)	(72.563)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(49.336)	(161.299)	(7.235)	(37.080)
Pessoal chave da administração	14/05/2020	(34.924)	(37.845)	(3.390)	(4.525)
Total		(84.260)	(199.144)	(10.625)	(41.605)
Instrumentos financeiros derivativos (i)					
Banco BTG Pactual S.A.	01/06/2020	(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Total		(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-	-
Total		(15.250)	(19.927)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	63.417	58.081
Total		-	-	63.417	58.081
Despesa de Pessoal					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(292)	(395)
Total		-	-	(292)	(395)
Outras despesas administrativas					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.702)	(271)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(115)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.490)	(1.383)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(23.217)	(8.778)
Total		-	-	(42.811)	(14.725)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários					
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	-	-	102.500	-
Total		-	-	102.500	-
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.859.668	2.104.548
Total		-	-	2.859.668	2.104.548

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

- (d) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (i) Referem-se às operações de *Swap*; e
- (j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28/04/2017 e 24/11/2017 foram aprovadas a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2017, no montante de até R\$ 28.400 (R\$ 60.000 no exercício de 2016).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários (Nota 24)	21.260	24.892
Contribuição ao INSS	4.784	5.601
Total	26.044	30.493

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de referência nível I	1.784.926	1.908.118
Capital Principal	1.784.926	1.908.118
Patrimônio de referência nível II	631.294	779.430
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.416.220	2.687.548
Patrimônio de referência	2.416.220	2.687.548
- Risco de crédito	15.583.707	18.697.144
- Risco de mercado	195.002	329.776
- Risco operacional	2.359.044	1.285.684
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.137.752	20.312.604
Índice de Basileia	13,32%	13,23%
Nível I	9,84%	9,39%
Nível II	3,48%	3,84%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço

(INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2017

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(901)	(186.606)	(378.531)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(288)	(74.370)	(141.006)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(190)	(19.965)	(38.265)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(63)	(1.584)	(3.168)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(8)	(544)	(1.097)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de setembro de 2017, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Ativos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito (ACC/CCE)	140.212	286.653
Outros Recebíveis	-	9.782
Total Ativos	140.212	296.435

Passivos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Dívida subordinada	1.585.191	1.576.844
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	134.101
Total Passivos	1.585.191	1.710.945

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.113.478	1.309.090	1.766.600	1.946.661
DDI	65.606	59.898	65.606	59.898
Total	1.179.084	1.368.988	1.832.206	2.006.559
Posição Vendida - Dólar				
Swap	22.343	147.086	22.802	125.744
DDI	151.990	214.951	151.900	214.951
DOL	29.053	21.299	29.053	21.299
Total	203.386	383.336	203.755	361.994

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.469.174	1.484.737	15.563	2.046.733	2.057.455	10.722
- Ajuste de títulos para negociação	50.757	50.757	-	71.749	71.749	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	879.103	879.104	-	821.013	821.013	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	539.314	554.877	15.563	1.153.971	1.164.693	10.722
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	18.505.881	18.866.656	358.490	19.082.919	21.668.429	2.585.510
Depósitos interfinanceiros	8.730.148	8.731.510	(1.363)	11.765.701	11.767.088	(1.387)
Depósitos a prazo	4.990.589	6.555.017	(1.564.429)	2.598.423	3.864.495	(1.266.072)
Recursos de emissão de títulos	2.249.555	2.249.020	536	3.155.708	3.061.879	93.829
Obrigações por empréstimos	-	-	-	134.101	134.101	-
Dívidas subordinadas	1.774.995	1.781.134	(6.138)	1.751.346	1.750.758	588
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(1.197.341)			1.423.190

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2017 representava R\$ 66.246 no Banco PAN e R\$ 67.010 no Consolidado (R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 71.222 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2016).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	244.509	(451.331)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(121.054)	204.305
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	6.481	16.276
Outros valores	82.670	(6.490)
Despesa/Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	(31.903)	214.091

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.286.086	642.339	(919.822)	1.008.603
Provisão para contingências cíveis	99.143	187.124	(156.789)	129.478
Provisão para contingências trabalhistas	80.325	129.181	(53.828)	155.678
Provisão para contingências tributárias	4.602	6.709	(2.041)	9.270
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.551	33.861	(37.015)	11.397
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	31.598	46.597	(64.816)	13.379
Outras provisões	265.729	235.728	(166.449)	335.008
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.782.034	1.281.539	(1.400.760)	1.662.813
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.472.833	9.200	(25.610)	1.456.423
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.254.867	1.290.739	(1.426.370)	3.119.236
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(84.650)	(3.808)	6.071	(82.387)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	3.170.217	1.286.931	(1.420.299)	3.036.849

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 07/02/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	914.173	-	2.464	-	916.637
2018	721.155	652.717	5.958	94.119	727.113	746.836
2019	490.754	92.583	3.588	88.928	494.342	181.511
2020	396.083	23.285	19.076	114.687	415.159	137.972
2021	1.780	22.507	63.047	133.774	64.827	156.281
2022	4.217	10.385	124.653	156.000	128.870	166.385
2023	10.122	30.247	184.371	193.035	194.493	223.282
2024	10.122	20.664	208.223	212.355	218.345	233.019
2025	8.890	6.113	238.555	243.798	247.445	249.911
2026	5.196	9.360	295.489	194.268	300.685	203.628
2027	14.494	-	274.450	-	288.944	-
Total	1.662.813	1.782.034	1.417.410	1.433.428	3.080.223	3.215.462

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.926.744 (R\$ 1.947.448 em 31/12/2016).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.013 (R\$ 39.405 em 31/12/2016), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2017, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (31/12/2016 - R\$ 1.141.506 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 no Banco PAN e no Consolidado (31/12/2016 - R\$ 456.602) em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(1.843)	(3.856)	1.722	(3.977)
Variação cambial	(3.089)	-	3.089	-
Superveniência de depreciação	(79.718)	-	1.308	(78.410)
Total (Nota 21a – 32b)	(84.650)	(3.856)	6.119	(82.387)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 277.580 em 31/12/2017 (R\$ 278.756 em 31/12/2016);
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;

- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- g) O ano de 2016 foi um ano importante para o PAN no segmento de veículos, pois o Banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos;
- h) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais); e
- i) Foi aprovado Aumento de Capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentas e cinquenta e oito) novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações atualmente existentes, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia (“Aumento de Capital”).

O preço de emissão descrito no item acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”), levando-se em consideração a média das cotações das ações preferenciais da Companhia nos pregões realizados nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à convocação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia que aprovou o Aumento de Capital, ou seja, entre 02/08/2017, exclusive, e 31/10/2017, inclusive. As ações emitidas em virtude do Aumento de Capital deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em dinheiro.

O valor total da emissão terá a seguinte destinação: (i) 10% (dez por cento) do valor da emissão das ações ordinárias serão destinados à conta do capital social da Companhia e os 90% (noventa por cento) remanescentes serão destinados à conta de reserva de capital; (ii) a integralidade do valor da emissão das ações preferenciais será destinada à conta do capital social.

A acionista Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) cederá ao acionista Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), todos os seus direitos de subscrição de ações ordinárias e preferenciais, incluindo, sem limitação, o direito à reserva de sobras e eventuais sobras de sobras, na proporção que detém, ficando o BTG Pactual autorizado desde já a ceder o referido direito às suas afiliadas (“Cessão de Direitos CaixaPar”).

O acionista BTG Pactual garantirá a subscrição integral das ações relacionadas à sua própria participação no capital social, à Cessão de Direitos CaixaPar, assim como a todas as sobras, ou, ainda, às sobras de sobras, que se façam necessárias para que o valor total da emissão seja

integralmente subscrito e integralizado (“Garantia de Subscrição Integral BTG”). Tal garantia se dará por meio de subscrição direta ou através de cessão de direitos de subscrição a quaisquer de suas afiliadas.

Não obstante o disposto acima, o BTG Pactual dará prioridade aos demais acionistas na subscrição da totalidade das sobras.

Em decorrência da Garantia de Subscrição Integral BTG não haverá leilão de sobras de ações do Aumento de Capital em bolsa, bem como o Aumento de Capital será integralmente homologado pelo Conselho de Administração.

Os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que vierem a ser subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que este vier a subscrever e integralizar no âmbito do Aumento de Capital.

Após a conclusão do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 3.653.409.620,70 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos), representado por 1.141.806.121 (um bilhão, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e seis mil e cento e vinte e uma) ações, sendo 657.560.635 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e sessenta mil e seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias e 484.245.486 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para a conta de reserva de capital será destinado à quantia de R\$ 207.322.263,26 (duzentos e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

Homologação do Aumento de Capital

Nova Reunião do Conselho de Administração será oportunamente realizada para homologar o Aumento de Capital, não havendo que se falar em homologação parcial, tendo em vista a Garantia de Subscrição Integral BTG de subscrever até a totalidade das ações do Aumento de Capital. Após a homologação pelo Conselho de Administração da Companhia, o Aumento de Capital será submetido à homologação do Banco Central do Brasil (“BCB”), nos termos da regulamentação aplicável.

As novas ações emitidas serão creditadas e incluídas na posição dos acionistas em até 3 (três) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital pelo BACEN.

Caso não haja homologação do Aumento de Capital pelo BACEN, o valor até o momento integralizado pelos acionistas da Companhia será devolvido pelo Banco Pan, sem correção monetária, em até 5 (cinco) dias úteis após decisão administrativa final da qual não caiba recurso.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A. e controladas -

***Demonstrações financeiras
consolidadas do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Banco Pan S.A. e controladas

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 7 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As



Banco Pan S.A. e controladas

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Pan S.A. e controladas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2